

GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO PAULO

Termo de Referência 219/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
219/2026	120633-GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO PAULO JOAO PEDRO VARGAS SADLER GUEDES	28/05/2026 14:05 (v 0.4)
Status		
CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	249/2026	67267.003542/2026-21

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de Equipamentos de Cozinha Industrial para a Cozinha do Hotel de Trânsito dos Oficiais - REPOUSAR, nos termos do Apêndice I, anexo a este documento, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 90 dias contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

4.1.2. É de responsabilidade da Contratada a observância de todos os procedimentos, obrigações, e a adoção de providências estabelecidas em legislação específica relacionada a medidas, ações e práticas socialmente e ambientalmente sustentáveis nas fases de aquisição de insumos do processo de produção das moedas comemorativas, entre as quais a redução da geração de resíduos sólidos, do desperdício de materiais, da poluição e dos danos ambientais e o incentivo à utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade.

4.1.3 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; 5.4. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.4 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.1.5 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.2 Não são permitidas formas inadequadas de destinação final dos metais utilizados na fabricação do produto, tais como:

4.2.1 lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

4.2.2 queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

4.2.3 lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.3. Maior eficiência na utilização de água e energia, adotando medidas como:

4.3.1 utilização de energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;

4.3.2 sistema de medição individualizado de consumo de água e energia; e

4.3.3 sistema de reúso de água e de tratamento de efluentes gerados.

4.4. Conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, os itens licitados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA no 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei no 6.938 de 1981.

Indicação de marcas ou modelos

4.7. Na presente contratação, será admitida a indicação de marca nos itens constantes no Apêndice I, para que os licitantes que ofertarem propostas tenham em mente a marca referencial, conforme diz a Lei 14.133/2021, Art. 41, inciso I, alínea d):

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

4.7.1. A marca de referência não impede que o licitante ofereça em sua proposta outras marcas do produto, desde que sejam equivalentes, similares, de melhor qualidade, contanto que seja demonstrado o padrão de qualidade exigido.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.8. Na presente contratação, não há vedação de marca ou produto.

Da exigência de amostra

4.9. Na presente contratação, não haverá exigência de amostra.

Da exigência de carta de solidariedade

4.10. Não será exigida carta de solidariedade.

Subcontratação

4.11. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.13. Na presente licitação, não será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Margem de Preferência

4.14. O objeto da contratação não enquadra-se na margem de preferência prevista no Decreto n.º 11.890 de 2201/2024, conforme disposto na Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por não se tratar de bens manufaturados nem bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os horários e prazos de para entrega dos itens serão conforme descrito abaixo:

5.1.1. A entrega dos equipamentos terá prazo de 30 dias após o recebimento da Nota de Empenho, e poderá ocorrer nos seguintes locais:

5.1.1.1. **PAMA-SP**, localizado na Av. Braz Leme, 3258, Santana, São Paulo-SP, CEP 02022-021; Local de entrega diário e esporádico nas situações especiais de apoio;

5.1.1.2. **GAP-SP**, localizado na Av. Olavo Fontoura, 1300, Santana, São Paulo-SP, CEP 02012-021; Local de entrega diário e esporádico nas situações especiais de apoio; e

5.1.2. A entrega dos itens poderá ser realizada semanalmente, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido das 6h às 12h, pelas comissões de recebimento designadas de cada OM, ficando a contratada ciente que após este horário não haverá comissão competente para realizar o recebimento.

5.1.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.1.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.1.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.1.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.2. Os itens 10 e 11, que exigem aferição de medidas "in loco", obrigam a contratada a enviar técnico especializado ao Hotel de Trânsito dos Oficiais do PAMA-SP para a devida medição antes do início da fabricação, assegurando o ajuste perfeito ao layout da cozinha.

5.3. Requisitos técnicos e normativos

5.3.1. Para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 9, que consistem em equipamentos eletroeletrônicos e de refrigeração, será exigida a comprovação de certificação compulsória de segurança elétrica emitida por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), nos termos das portarias vigentes que regulamentam aparelhos eletrodomésticos e similares para uso comercial.

5.3.2. O item 9 (Freezer Horizontal) deverá, obrigatoriamente, ostentar o Selo PROCEL de Eficiência Energética Classe A, garantindo o menor consumo de energia elétrica, além de utilizar gás refrigerante ecologicamente correto, livre de CFC (Clorofluorcarboneto), atendendo aos requisitos de sustentabilidade e proteção à camada de ozônio.

5.3.3. Os itens 6 (Fatiador de Frios), 7 (Fogão) e 8 (Chapa a Gás) deverão observar rigorosamente os requisitos de segurança operacional estabelecidos na Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12) do Ministério do Trabalho e Emprego, visando a prevenção de acidentes e a proteção da integridade física dos operadores durante o manuseio de partes móveis ou superfícies aquecidas.

5.3.4. Os equipamentos de cocção a gás (Itens 7 e 8) deverão possuir componentes como queimadores, registros e válvulas de segurança certificados de acordo com as normas técnicas nacionais aplicáveis, garantindo a estanqueidade e a eficiência da combustão.

5.3.5. Todos os itens que possuem superfícies de contato direto com alimentos ou áreas de manipulação (especialmente os Itens 1, 10 e 11) devem ser fabricados em materiais inertes, resistentes à corrosão e que não transmitam substâncias tóxicas, odores ou sabores, atendendo aos preceitos da Resolução RDC nº 216/2004 da ANVISA sobre Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

5.3.6. Para os itens 10 e 11, fabricados em aço inoxidável, deverá ser assegurado o emprego de ligas compatíveis com o uso em cozinhas industriais (como a série AISI 304 ou 430 conforme a aplicação), garantindo a assepsia necessária para o ambiente hospitalar/hoteleiro e a resistência a processos de higienização frequentes.

5.3.7

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.7. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

5.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.9. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual. Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF

7.13.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13.2. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1 o prazo de validade;

8.12.2 a data da emissão;

8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5 o valor a pagar; e

8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

8.21.1. A adoção do IGP-M como índice de correção, se deve além de tradicionalmente constar em documentos editais pretéritos, também se deve ao fato de o próprio Código Civil prever sua utilização nos Arts. 389 e 395 quando fala em "índices oficiais regularmente estabelecidos", sendo que é de notório conhecimento o uso do índice proposto, como nos ensina o Sr. Relator do Acórdão 2021.0000553383 (em anexo):

Relator: DESEMBARGADOR HÉLIO FARIA

“o IGP-M/FGV é um índice legal, disponibilizado no mercado financeiro pela Faculdade Getúlio Vargas, altamente renomada em nível nacional e utilizado para correção de débitos pelo próprio Governo, tais como energia elétrica e água. Atende, portanto, os requisitos estabelecidos pelos artigos 389 e 395 do Código Civil.”

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

8.28. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.39. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.40. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.41. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.42. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.43. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

Reajuste

8.44. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.45. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.46. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.47. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.48. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.49. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.50. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.51. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.1.1. Para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de **não aceitação**, o Comprovante de Registro **do fabricante** do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade **válido**, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e normas supervenientes e

9.1.1.1. A consulta será realizada por meio do CNPJ da fabricante do produto ofertado no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/servicos/cadastros/ctf/ctf-app/fes/fes-por-categorias#cat16>.

9.1.1.2. As Fichas Técnicas de Enquadramento (FTE) do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais para cada item são as seguintes:

1. FTE 5-3 para os itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 9;

2. FTE 4-1 para os itens: 7, 8, 10 e 11

9.1.1.3. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta online ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.

9.1.1.4. Caso o fabricante não esteja obrigado a esse registro por força de legislação específica ou em razão de sua classificação (como importadores puros que não realizam atividade produtiva interna), deverá ser apresentada uma declaração comprobatória ou documento equivalente, sob as penas da lei, justificando o desenquadramento.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será continuado.

Critério de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.14. A esta contratação não se aplica o ato de autorização para exercício da atividade de fornecimento de equipamentos de cozinha industrial, uma vez que não há exigência de autorização expedida por órgão competente nos termos do art. 67, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.25.1. O cálculo dos índices será dado pelas seguintes fórmulas:

9.25.1.1. $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$

9.25.1.2. $SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$

9.25.1.3. $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. Deverá haver a comprovação de ter fornecido, em outras contratações, ao menos 10% da quantidade do item por ela ofertado, ou de algum outro item que guarde semelhança com o objeto.

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.32. Prova de atendimento aos requisitos previstos no item 5.3. "Requisitos técnicos e normativos" deste Termo de Referência

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, é de R\$ 123.404,48 (cento e vinte e três mil, quatrocentos e quatro reais e quarenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. O custo estimado da contratação não possui caráter sigiloso e será tornado público logo que se der a publicação do Edital.

10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO DINIZ QUEIROZ

1º Sgt QTA - Membro da Comissão de Planejamento

JOAO PEDRO VARGAS SADLER GUEDES

2º Ten Int - Chefe da Subseção de Planejamento da Seção de Subsistência

WAGNER DE ALMEIDA VITORIA

Cel Int - Ordenador de Despesas do Grupamento de Apoio de São Paulo

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - APENDICE I - EQUIPAMENTOS REPOUSAR.pdf (212.19 KB)
- Anexo II - APENDICE II - FICHAS TECNICAS.pdf (2.33 MB)



COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE SUBSISTÊNCIA

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA INDUSTRIAL PARA A COZINHA DO HOTEL DE TRÂNSITO DOS OFICIAIS

APÊNDICE I

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	CATMAT	QTD	REQ MIN	REQ MAX	VALOR UNIT	PREÇO TOTAL
1	BALCÃO REFRIGERADO – 4 PORTAS - CAPACIDADE VOLUMÉTRICA: 570L VOLTAGEM: 220V MONOFÁSICO. CONFORME FICHA TÉCNICA EM ANEXO. REFERÊNCIA FAB MI023-0. MARCAS E MODELOS DE REFERÊNCIA: MACOM RHC4-ITET/RHC4-ITNF E COZIL RHC-4P/RHC-4PC	Unidade	615668	1	1	1	R\$ 16.067,60	R\$ 16.067,60
2	LIQUIDIFICADOR PROFISSIONAL –1,8L - 3HP - 220V MONOFÁSICO. CONFORME FICHA TÉCNICA EM ANEXO. REFERÊNCIA FAB EQ411-0. MARCAS E MODELOS DE REFERÊNCIA: HAMILTON BEACH HBH550-BZ220; VITAMIX VITA-PREP 3 E BLENDTEC CONNOISSEUR 825	Unidade	439372	1	1	1	R\$ 13.528,09	R\$ 13.528,09
3	CENTRIFUGA/EXTRATORA DE SUCOS – 120 L/H - 220V 1PH. CONFORME FICHA TÉCNICA EM ANEXO. REFERÊNCIA EQ409-0. MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA: ROBOT COUPÊ 56011B (J80)	Unidade	404506	1	1	1	R\$ 11.181,53	R\$ 11.181,53
4	ESPRESSADOR DE LARANJA AUTOMÁTICO - 12 FRUTAS/MIN - 220V MONOFÁSICO. CONFORME FICHA TÉCNICA EM ANEXO. REFERÊNCIA EQ411-0. MARCAS E MODELOS DE REFERÊNCIA: ZUMMO Z06; ZUMMEX ESSENTIAL-PRO E LARANJA EXPRESS KS2000E-2 OU BEL-20 JUICE EXPRESS DA BRAESI	Unidade	628540	1	1	1	R\$ 6.999,99	R\$ 6.999,99
5	MICROONDAS COMERCIAL 22 L – 1000 WATTS - 220V MONOFÁSICO. CONFORME FICHA TÉCNICA EM ANEXO. REFERÊNCIA FAB EQ127-0. MARCAS E MODELOS DE REFERÊNCIA: PANASONIC NE-1037 E MENUMASTAR MCS10TSB	Unidade	622642	1	1	1	R\$ 4.953,44	R\$ 4.953,44
6	FATIADOR DE FRIOS AUTOMÁTICO – 350 MM - 220V 1PH. CONFORME FICHA TÉCNICA EM ANEXO. REFERÊNCIA FAB EQ330-0. MARCAS E MODELOS DE REFERÊNCIA: BIZBERBA GSPHD; TOLEDO UNI 350GA. OU Cortador de Frios Skymen CA-350L Automático Inox 350 mm Heavy Duty	Unidade	445256	1	1	1	R\$ 30.451,54	R\$ 30.451,54
7	FOGÃO A GÁS 4 BOCAS – SERIE 700. CONFORME FICHA TÉCNICA EM ANEXO. REFERÊNCIA FAB EQ150-0. MARCAS E MODELOS DE REFERÊNCIA: MACOM FE72C+BASE; COZIL FGCP-70S+BASE E GLOBE GHP24G+BASE.	Unidade	621445	2	1	2	R\$ 8.764,39	R\$ 17.528,78
8	CHAPA LISA A GÁS – SERIE 700. CONFORME FICHA TÉCNICA EM ANEXO. REFERÊNCIA FAB EQ152-0. MARCAS E MODELOS DE REFERÊNCIA: MACOM CH72C+BASE; COZIL CHGCP-70+BASE E GLOBE GG24G+BASE	Unidade	251736	1	1	1	R\$ 3.242,77	R\$ 3.242,77
9	FREEZER HORIZONTAL 2 PORTAS (530 A 550 LITROS); EQUIPAMENTO DE LIVRE INSTALAÇÃO COM DUPLA AÇÃO (FREEZER E CONSERVADOR); TAMPAS CEGAS DUPLAS BALANCEADAS COM FECHADURA; GABINETE EXTERNO EM AÇO CARBONO COM PINTURA RESISTENTE À CORROSÃO NA COR BRANCA; DOTADO DE DRENO FRONTAL, CESTO ARAMADO E RODÍZIOS PARA MOVIMENTAÇÃO. DEVE POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO DE SEGURANÇA ELÉTRICA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA SELO PROCEL "A" E UTILIZAR GÁS REFRIGERANTE ECOLOGICAMENTE CORRETO (LIVRE DE CFC). TENSÃO: 220V. ACOMPANHA MANUAL EM PORTUGUÊS E GARANTIA TOTAL MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. MODELO DE REFERÊNCIA: CONSUL CHA53 OU EQUIVALENTE/SIMILAR QUE POSSUA QUALIDADE E DESEMPENHO TÉCNICO IGUAL OU SUPERIOR.	Unidade	345665	1	1	1	R\$ 4.164,50	R\$ 4.164,50
10	MESA INOX LISA DE ENCOSTO. CONFORME FICHA TÉCNICA EM ANEXO. REFERÊNCIA FAB MI001-"X". COM AFERIÇÃO DE MEDIDAS IN LOCO ANTES DA FABRICAÇÃO	Unidade	474140	12	1	12	R\$ 870,52	R\$ 10.446,24
11	MESA INOX DE ENCOSTO COM TAMPO DE ALILENO. CONFORME FICHA TÉCNICA EM ANEXO. REFERÊNCIA FAB MI002-"X". COM AFERIÇÃO DE MEDIDAS IN LOCO	Unidade	282426	2	1	2	R\$ 2.420,00	R\$ 4.840,00
							TOTAL=	R\$ 123.404,48

São Paulo, datado conforme assinatura digital.

JOÃO PEDRO SADLER OHTSUBO – 2º Ten Int
Chefe da Subseção de Planejamento da SSUB



Tabela 171. Características técnicas – MI023-0

REFERENCIA FAB: MI023-0		
DESCRIÇÃO: BALCAO REFRIGERADO – 4 PORTAS		
 FOTO ILUSTRATIVA	FICHA TÉCNICA	
	<p>MATERIA INTERNO E EXTERNO: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO AISI 304 LIGA 18/8</p> <p>ISOLAMENTO:POLIURETANO DE ALTA DENSIDADE, ESPESSURA MINIMA 60 MM;</p> <p>PORTAS EM AÇO INOXIDAVEL EQUIPADAS COM SISTEMA DE FECHAMENTO MAGNÉTICO, PUXADORES LATERAIS E DOBRADIÇAS EM AÇO INOXIDAVEL;</p> <p>CANTONEIRAS REMOVIVEIS COM ALTURA AJUSTAVEL COMPATIVEL COM GN 1/1;INCLUIDO 2 PARES DE TRILHO E 1 GRADE POR PORTA;</p> <p>SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO POR AR FORÇADO; UNIDADE CONDENSADORA INCORPORADA;</p> <p>BANDEJA INFERIOR COLETORA DE LIQUIDOS;</p> <p>TERMOCONTROLADOR DIGITAL DE TEMPERATURA COM MOSTRADOR;</p> <p>TEMPERATURA DE TRABALHO: +2ºC A +5ºC</p> <p>PÉS EM AÇO INOXIDAVEL OU NYLON COM NIVELADOR DE ALTURA;</p> <p>TAMPO SUPERIOR EM AÇO INOXIDÁVEL, TIPO AISI 304, LIGA 18/8</p> <p>CAPACIDADE VOLUMÉTRICA: 570L</p> <p>VOLTAGEM: 220V MONOFÁSICO 60HZ;</p> <p>POTÊNCIA 0,517 KW</p> <p>DEVERÁ ACOMPANHAR CABO E PLUG PADRÃO BR</p> <p>DIMENSÕES (LXPXA): LARGURA: 2380 MM; PROFUNDIDADE: 700 MM, ALTURA: 900 MM;</p> <p>APLICAÇÃO</p> <p>APOIO OPERACIONAL COM REFRIGERAÇÃO</p>	
REFERENCIA DO FORNECEDOR		
NOME	FABRICA	REFERENCIA (CÓDIGO) FORNECEDOR
MACOM COZIL	NACIONAL	RHC4-ITETF / RHC4-ITNF RHC-4P / RHC-4PC

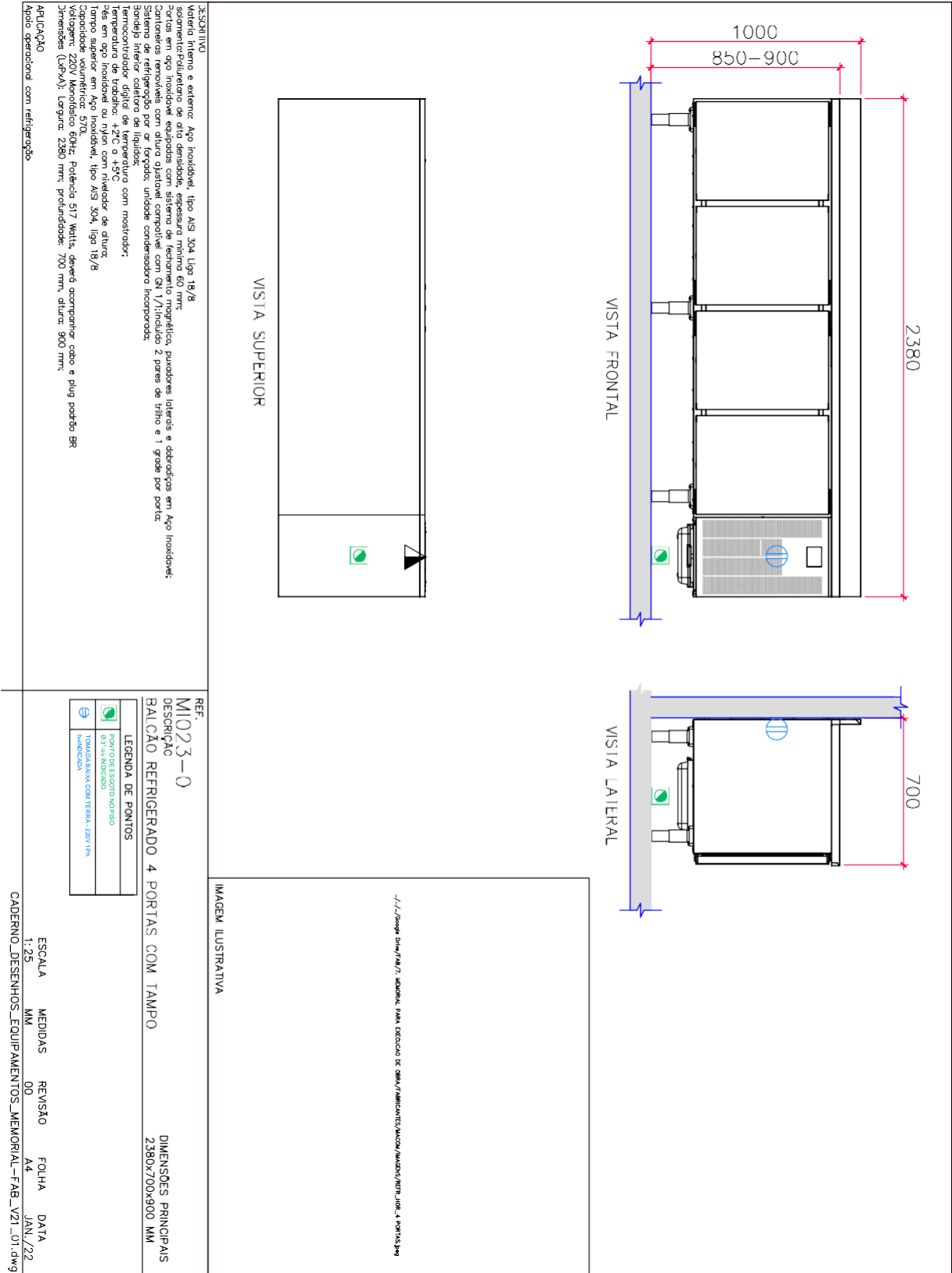


Figura 172. Desenho técnico – MI023-0



7.5.4 LIQUIDIFICADOR COMERCIAL/PROFISSIONAL

7.5.4.1 EQ411-0

Tabela 92. Características técnicas – EQ411-0

REFERENCIA FAB: EQ411-0		
DESCRIÇÃO: LIQUIDIFICADOR PROFISSIONAL –1,8L - 3HP		
 FOTO ILUSTRATIVA	FICHA TÉCNICA	
	VOLTAGEM: 220V MONOFÁSICO MOTOR: 3 HP DIMENSÕES: 178X203X457 MM PESO: 6,3 KG VOLUME DO COPO: 1,8 LITROS CONTROLES: TIMER, PULSO HIGH/LOW TEMPORIZADOR AJUSTÁVEL PARA SE ADEQUAR À SUA RECEITA E SIMPLEMENTE APERTAR INICIAR PARA OBTER SEMPRE RESULTADOS CONSTANTES.	
REFERENCIA DO FORNECEDOR		
NOME	FABRICA	REFERENCIA (CÓDIGO) FORNECEDOR
HAMILTON BEACH	EUA	HBH550-BZ220
VITAMIX	EUA	VITA-PREP 3
BLENDTEC	EUA	CONNOISSEUR 825



7.5.3.1 EQ409-0

Tabela 90. Características técnicas – EQ409-0

REFERENCIA FAB: EQ409-0		
DESCRIÇÃO: CENTRIFUGA/EXTRATORA DE SUCOS – 120 L/H		
	FICHA TÉCNICA	
	PERFORMANCE: ATÉ 120 L/H CAPACIDADE PRODUTIVA TEÓRICA: 250 ML/7 SEG VELOCIDADE: 3.000 RPM DIMENSÕES: 235X535X502 MM (LXPXA) PESO: 13 KG VOLTAGEM: 220V 1PH 60HZ POTÊNCIA: 0,7 KW COLETOR DE POLPA: 6,5 L TUBO DE ALIMENTAÇÃO: Ø 79 MM ALTURA UTIL SAIDA BICO: 155 MM	
FOTO ILUSTRATIVA		
REFERENCIA DO FORNECEDOR		
NOME	FABRICA	REFERENCIA (CÓDIGO) FORNECEDOR
ROBOT COUPE	FRANÇA	56011B (J80)

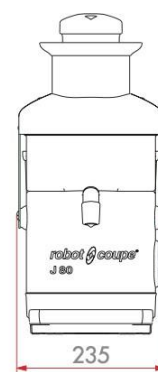
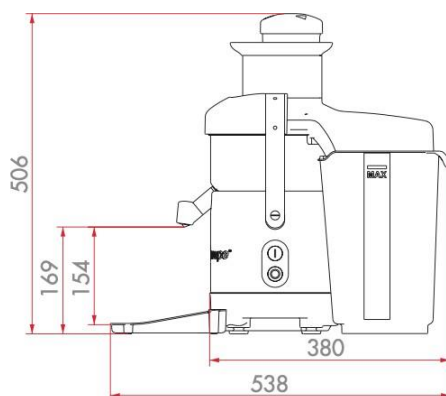


Figura 117. Desenho técnico – EQ409-0



7.5.5 ESPREMEDOR DE LARANJA

7.5.5.1 EQ412-0

Tabela 93. Características técnicas – EQ412-0

REFERENCIA FAB: EQ411-0		
DESCRIÇÃO: ESPREMEDOR DE LARANJA AUTOMATICO - 12 FRUTAS/MIN		
 FOTO ILUSTRATIVA	FICHA TÉCNICA	
	PERFORMANCE: 12 FRUTAS/MIN CAPACIDADE DA CESTA: 40 FRUTAS DIAMETRO DA FRUTA: 55-75 MM CAPACIDADE ARMAZ BAGAÇO: 22L VOLTAGEM: 220V MONOFÁSICO MOTOR: 0,33 HP CONSUMO: 0,275 KW DIMENSÕES: 548X431X811 MM PESO: 52,5 KG	
REFERENCIA DO FORNECEDOR		
NOME	FABRICA	REFERENCIA (CÓDIGO) FORNECEDOR
ZUMMO ZUMMEX LARANJA EXPRESS	ESPANHA ESPANHA NACIONAL	Z06 ESSENTIAL-PRO KS2000E-2



7.1.4 FORNO MICROONDAS COMERCIAL

Ref. PRINCIPAL	DESCRIÇÃO
EQ127-0	FORNO MICROONDAS COMERCIAL – 1000 W

FORNO MICROONDAS COMERCIAL

Sistema Flat - O sistema Flat distribui as micro-ondas dentro do forno sem a necessidade do prato giratório, resultando no aumento da área útil para cozimento.

Durabilidade - A linha de micro-ondas comerciais resiste à variação de temperatura e umidade de cozinhas industriais, onde normalmente micro-ondas convencionais não são adequados. Eles também suportam 300.000 "abre e fecha" da porta e uso contínuo, sem perda de desempenho.

Fácil limpeza - A parte interna superior é removível e o Sistema Flat facilita a limpeza.

Programação: 10 Teclas de Memória + Tecla dobrar quantidade (x2)


Níveis de Potencia de saída: HI (Alta) / MED (Média) / DEF (Descongelar)

Timer: 30 min / 99 min e 99 seg



7.1.4.1 EQ127-0

Tabela 23. Características técnicas - EQ127-0

REFERENCIA FAB: EQ127-0		
DESCRIÇÃO: MICROONDAS COMERCIAL 22 L – 1000 WATTS		
 FOTO ILUSTRATIVA	FICHA TÉCNICA	
	CAPACIDADE: 22 L DIMENSOES CAMARA: 330X330X200 MM POTENCIA: 1000 WATTS DIMENSÕES: 510X370X306 MM (LXPXA) PESO: 18 KG ENERGIA DE AQUECIMENTO: ELÉTRICA VOLTAGEM: 220V MONOFASICO POTÊNCIA EM ELETRICA: 1,6 KW FREQUÊNCIA: 60 HZ	
REFERENCIA DO FORNECEDOR		
NOME	FABRICA	REFERENCIA (CÓDIGO) FORNECEDOR
PANASONIC MENUMASTER	JAPÃO EUA	NE-1037RYK MCS10TSB

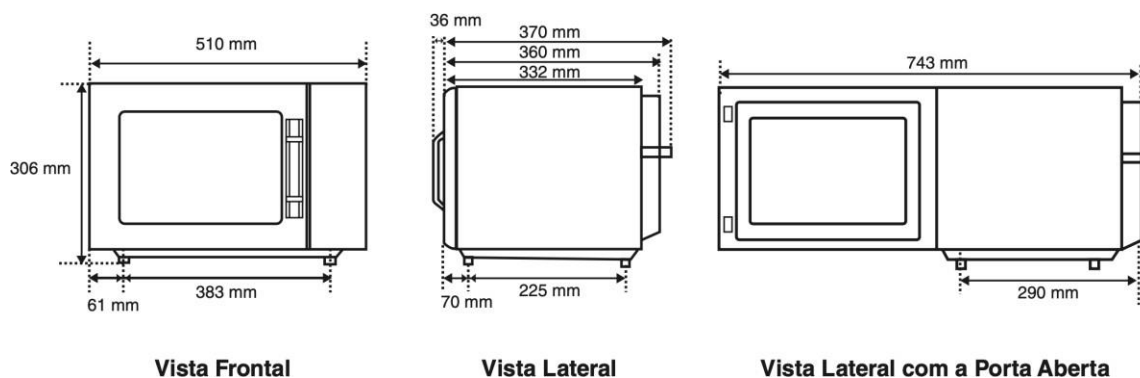



Figura 51. Desenho técnico – EQ127-0

**7.4.14.4 EQ330-0**

Tabela 79. Características técnicas – EQ330-0

REFERENCIA FAB: EQ330-0		
DESCRIÇÃO: FATIADOR DE FRIOS AUTOMATICO – 350 MM		
 FOTO ILUSTRATIVA	FICHA TÉCNICA	
	<p>DIÂMETRO DA LÂMINA: 330 MM / 13,0"</p> <p>VELOCIDADE DE CORTE: 35 - 90 CORTES POR MINUTO</p> <p>PASSAGEM MÁX. DO MATERIAL DE CORTE</p> <p>ALTURA: ENTRE 126 E 188 MM / 5,0" - 7,4"</p> <p>LARGURA: 290 MM / 11,4"</p> <p>DIÂMETRO: ENTRE 202 E 235 MM / 8,0" - 9,3"</p> <p>AJUSTE DA ESPESSURA DE CORTE</p> <p>GRADUAL 0 - 24 MM / 0 - 0,9"</p> <p>AJUSTE PRECISO 0 - 3 MM / 0 - 0,12"</p> <p>INCLINAÇÃO DO CARRO: 0º, 18º OU 25º EM RELAÇÃO AO OPERADOR</p> <p>ORIENTAÇÃO DA LÂMINA: POSIÇÃO INCLINADA EM 40º</p> <p>VOLTAGEM: 220V 1PH</p> <p>POTÊNCIA: 1 KW</p> <p>MATERIAIS DO CORPO: ALUMÍNIO, ANODIZADO</p> <p>COMPOSTO COM REFORÇO DE FIBRAS PLÁSTICO TRANSPARENTE PARA CONTATO COM ALIMENTOS</p> <p>DIMENSÕES: 809X906X606 MM (CXLXA)</p> <p>GRAU DE PROTEÇÃO: IP33</p>	
REFERENCIA DO FORNECEDOR		
NOME	FABRICA	REFERENCIA (CÓDIGO) FORNECEDOR
BIZBERBA TOLEDO	ALEMANHA NACIONAL	GSPHD UNI 350GA

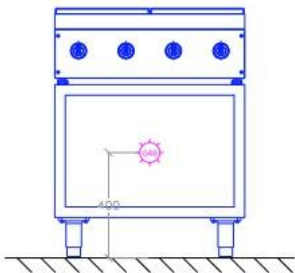


7.2.1 FOGÕES

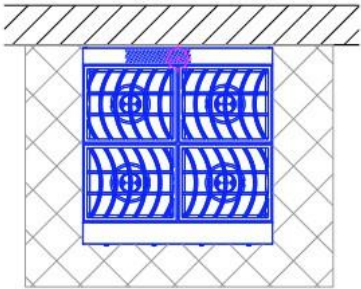
7.2.1.1 EQ150-0

Tabela 26. Características técnicas - EQ150-0

REFERENCIA FAB: EQ150-0		
DESCRIÇÃO: FOGÃO A GÁS 4 BOCAS – SERIE 700		
  FOTO ILUSTRATIVA	FICHA TÉCNICA	
	<p>QUEIMADORES: 4 MEDIDA GRELHA: 356X295 MM (CADA) POTÊNCIA TÉRMICA: 68500 BTU</p> <p>DIMENSÕES: 720X745X245(900 COM BASE) MM (LXPXA) PESO: 50 KG</p> <p>ENERGIA DE AQUECIMENTO: GÁS CONSUMO GLP: 1,50 KG/H CONSUMO GAS NATURAL: 1,82 M3/H PRESSÃO: GLP 285 MMCA GN 220 MMCA</p> <p>CONSTRUÇÃO CONSTRUÇÃO EM AÇO INOX E GRELHA EM FERRO FUNDIDO; GRELHA CONTÍNUA QUE AUMENTA A ÁREA DE COCÇÃO E FACILITA O DESLIZAMENTO DAS PANELAS; LINHA DUPLA DE CHAMA; COROA EM FERRO FUNDIDO; SAPATAS REGULÁVEIS QUE GARANTEM NIVELAMENTO PERFEITO;</p>	
REFERENCIA DO FORNECEDOR		
NOME	FABRICA	REFERENCIA (CÓDIGO) FORNECEDOR
MACOM	NACIONAL	FE72C+BASE
COZIL	NACIONAL	FGCP-70S+BASE
GLOBE	EUA	GHP24G+BASE



VISTA
FRONTAL



VISTA
SUPERIOR

REFERÊNCIAS		
TIPO	DESCRIÇÃO	ALTURA (mm)
	PONTO DE GÁS NA PAREDE	400 OU INDICADO
	AREA QUE OBRIGATORIAMENTE PRECISA SER NIVELADA	PISO

Figura 54. Ilustração posicionamento de pontos – EQ150-0

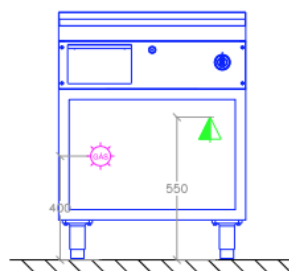
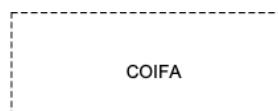
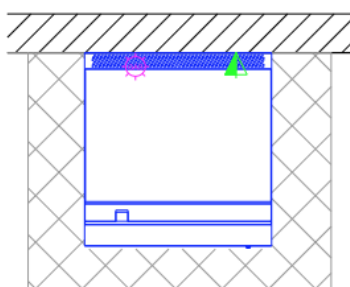


7.2.2 CHAPAS LISAS

7.2.2.1 EQ152-0

Tabela 28. Características técnicas - EQ152-0

REFERENCIA FAB: EQ152-0		
DESCRIÇÃO: CHAPA LISA A GÁS – SERIE 700		
  FOTO ILUSTRATIVA	<div>FICHA TÉCNICA</div> <div>CHAPA: AÇO CARBONO 25 MM MEDIDA CHAPA: 715X510 MM (CADA) POTÊNCIA TÉRMICA: 27500 BTU</div> <div>DIMENSÕES: 720X745X363(900 COM BASE) MM (LXPXA) PESO: 105 KG</div> <div>ENERGIA DE AQUECIMENTO: GÁS CONSUMO GLP: 0,60 KG/H CONSUMO GAS NATURAL: 0,73 M3/H PRESSÃO: GLP 2,79 KPA GN 2,15 KPA</div> <div>ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: 220V MONO/BIFASICO – 60HZ</div> <div>CONSTRUÇÃO AJUSTE DE GRADUAÇÃO DA CHAMA; QUEIMADORES TUBULARES DE ALTA PERFORMANCE EM AÇO ESMALTADO; MANÍPULOS EM BAQUELITE; SISTEMA DE ACENDIMENTO E CHAMA PILOTO; PROTEÇÃO TERMOELÉTRICA CONTRA FALTA DE CHAMA (220V – MONO/BIFÁSICA); GAVETA COLETORA DE RESÍDUOS EM AÇO INOX;</div>	
	REFERENCIA DO FORNECEDOR	
NOME	FABRICA	REFERENCIA (CÓDIGO) FORNECEDOR
MACOM	NACIONAL	CH72C+BASE
COZIL	NACIONAL	CHGCP-70+BASE
GLOBE	EUA	GG24G+BASE

VISTA
FRONTALVISTA
SUPERIOR

REFERENCIAS		
TIPO	DESCRIÇÃO	ALTURA (mm)
	PONTO DE GÁS NA PAREDE	400 OU INDICADO
	AREA QUE OBRIGATORIAMENTE PRECISA SER NIVELADA	PISO
	PONTO ELÉTRICO NA PAREDE – MONO/BIFASICO – STECK DE ACORDO COM ESPEC.	550 OU INDICADO

Figura 56. Ilustração posicionamento de pontos – EQ152-0



Tabela 148. Características técnicas – MI001-“X”

REFERENCIA FAB: MI001-“X”		
DESCRIÇÃO: MESA INOX LISA DE ENCOSTO		
 FOTO ILUSTRATIVA	FICHA TÉCNICA	
	<p>MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO AISI 304 LIGA 18/8, COM ACABAMENTO EM CHAPA PRÉ POLIDA COM PELÍCULA PROTETORA, COM ESPELHO DE 100 MM DE ALTURA, BORDA MÍNIMA DE 40 MM. O CONTATO DE ESPELHO COM A PAREDE DEVERÁ SER FEITO COM UMA CAMADA DE 1 MM DE SILICONE TRANSPARENTE.</p> <p>ESTRUTURA: CONSTRUÍDA COM PERFIS TIPO “U “DE AÇO INOX 304 # 16. MONTANTES TUBULARES EM AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO 40 MM E ESPESSURA DE PAREDE DE 1,5 MM. CONTRAVENTAMENTO TUBULAR EM AÇO INOX 304 DIÂMETRO 25 MM OU 40 MM E ESPESSURA DE 1,5MM, DEVEM SEMPRE POSSUIR PÉS DIANTEIROS E TRASEIROS A CADA 1 METRO DE COMPRIMENTO.</p> <p>SAPATAS: REGULÁVEIS EM POLIETILENO NA COR PRETA.</p> <p>DIMENSÕES (LXPXA): COMPRIMENTO VARIÁVEL CONFORME CADA ESPECIFICAÇÃO DE PLANTA, PROFUNDIDADE 700 MM, ALTURA DE TRABALHO MAXIMO 900 MM</p> <p>APLICAÇÃO APOIO OPERACIONAL NO GERAL.</p> <p>(ANTES DE FABRICAR, CONFERIR MEDIDAS IN LOCO)</p>	
REFERENCIA DO FORNECEDOR		
NOME	FABRICA	REFERENCIA (CÓDIGO) FORNECEDOR

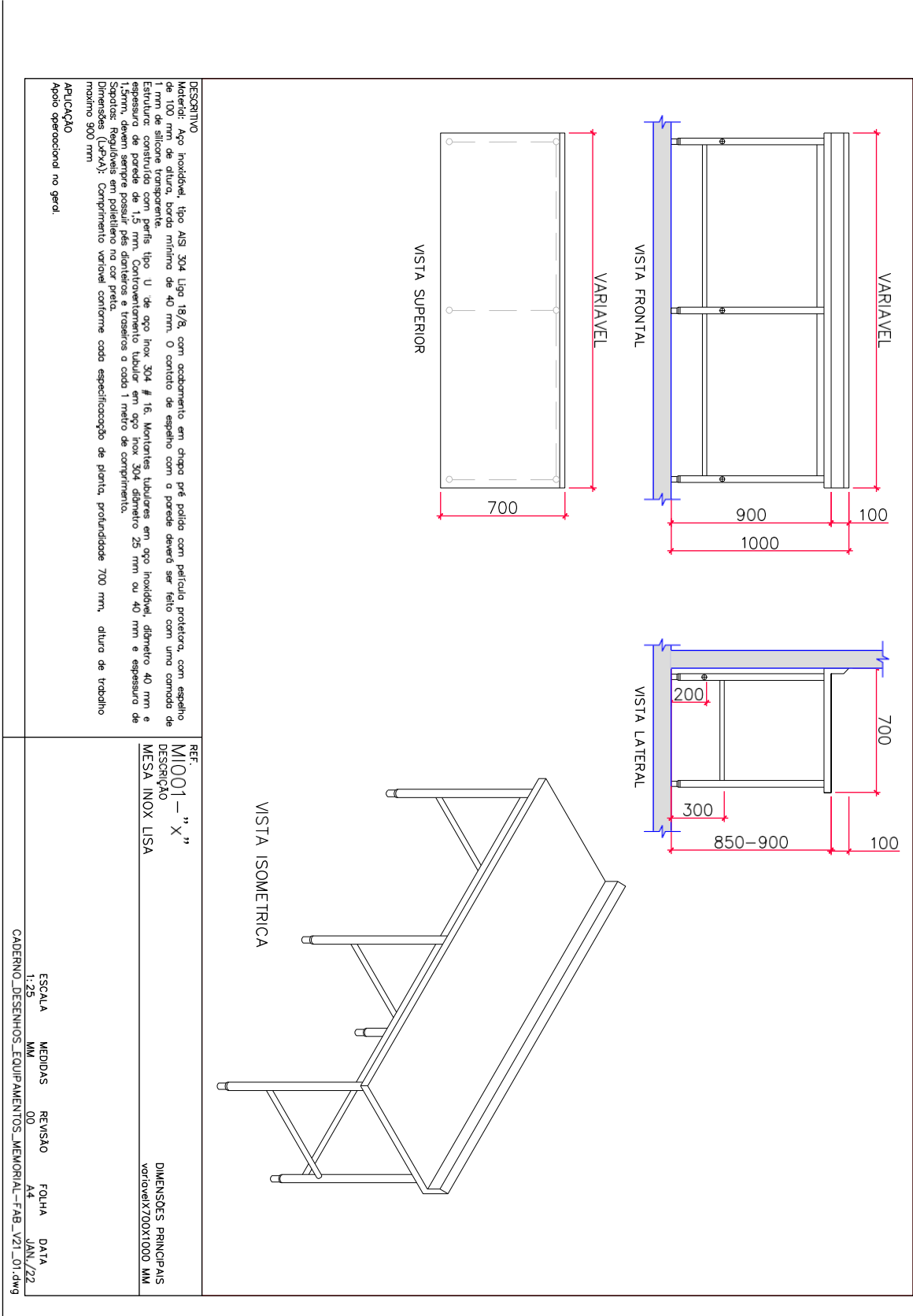



Figura 150. Desenho técnico – MI001-“X”



Tabela 150. Características técnicas – MI002-“X”

REFERENCIA FAB: MI002-“X”		
DESCRIÇÃO: MESA INOX DE ENCOSTO COM TAMPO DE ALTILENO		
 FOTO ILUSTRATIVA	FICHA TÉCNICA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO AISI 304 LIGA 18/8, COM ESTRUTURA COM PERFIS DE APOIO E LIMITADORES NAS EXTREMIDADES, COM ESPELHO DE 100 MM DE ALTURA, BORDA MÍNIMA DE 40 MM. O CONTATO DE ESPELHO COM A PAREDE DEVERÁ SER FEITO COM UMA CAMADA DE 1 MM DE SILICONE TRANSPARENTE. ESTRUTURA: CONSTRUÍDA COM PERFIS TIPO “U” DE AÇO INOX 304 # 16. MONTANTES TUBULARES EM AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO 40 MM E ESPESSURA DE PAREDE DE 1,5 MM. CONTRAVENTAMENTO TUBULAR EM AÇO INOX 304 DIÂMETRO 25 MM OU 40 MM E ESPESSURA DE 1,5MM, DEVEM SEMPRE POSSUIR PÉS DIANTEIROS E TRASEIROS A CADA 1 METRO DE COMPRIMENTO. SAPATAS: REGULÁVEIS EM POLIETILENO NA COR PRETA. DIMENSÕES (LXPXA): COMPRIMENTO VARIÁVEL CONFORME CADA ESPECIFICAÇÃO DE PLANTA, PROFUNDIDADE 700 MM, ALTURA DE TRABALHO MÁXIMO 900 MM TAMPO EM ALTILENO COM NO MÍNIMO 20MM DE ESPESSURA, REMOVÍVEL PARA TROCA E LIMPEZA. APLICAÇÃO APOIO OPERACIONAL NO GERAL COM ALTILENO PARA CORTES. (ANTES DE FABRICAR, CONFERIR MEDIDAS IN LOCO)	
	REFERENCIA DO FORNECEDOR	
NOME	FABRICA	REFERENCIA (CÓDIGO) FORNECEDOR

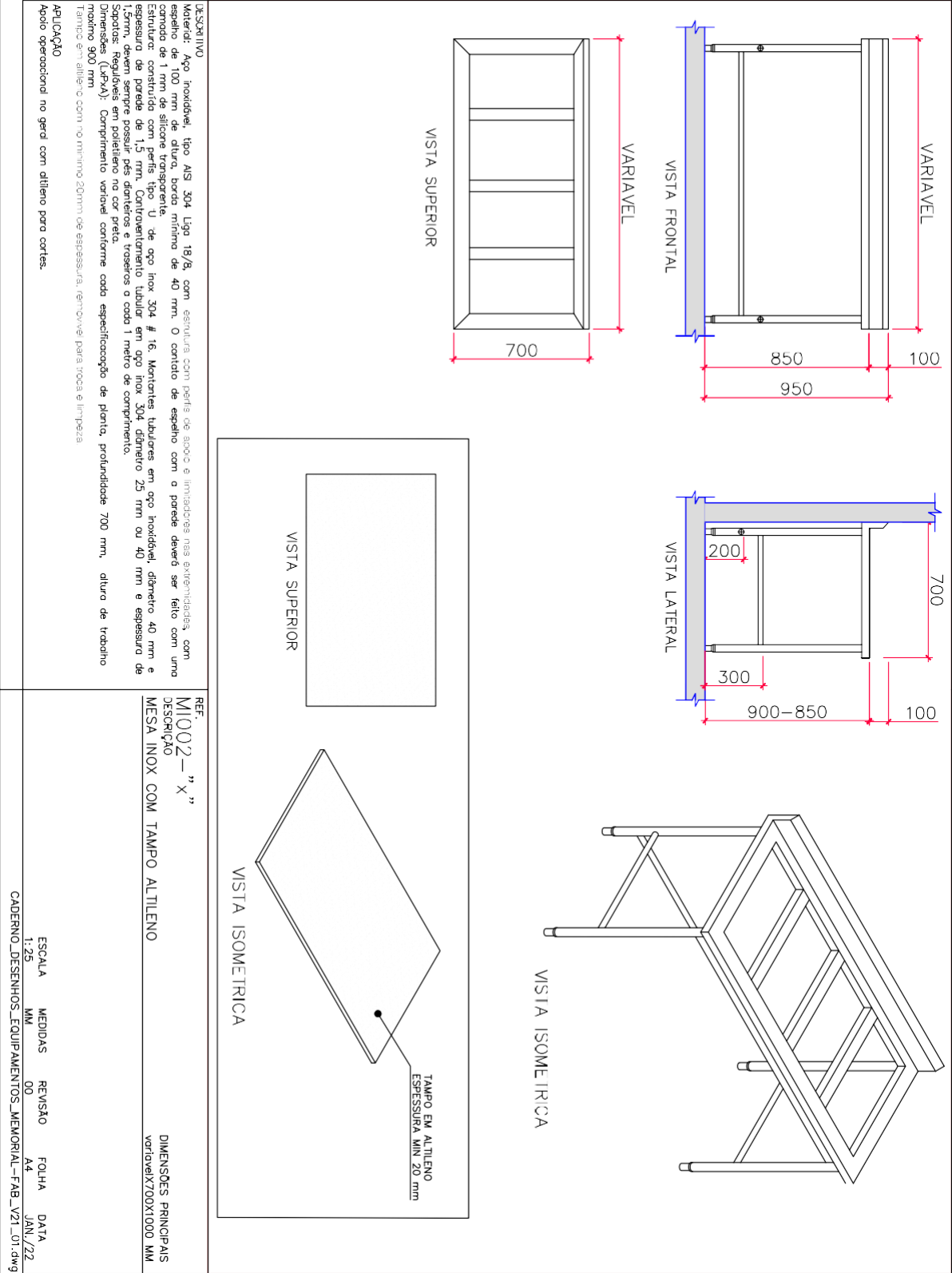


Figura 151. Desenho técnico – MI002-“X”



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TERMO DE REFERÊNCIA 219/2026
Data/Hora de Criação:	18/05/2026 12:38:28
Páginas do Documento:	13
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	14
Hash MD5:	d86a1c64f404c431e37854d1837f1575
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten JOÃO PEDRO SADLER OHTSUBO no dia 28/05/2026 às 14:10:11 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento FABIO DINIZ QUEIROZ no dia 28/05/2026 às 14:19:41 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel WAGNER DE ALMEIDA VITORIA no dia 10/06/2026 às 10:46:08 no horário oficial de Brasília.